

Artigo da presidenta Dilma Rousseff publicado no jornal britânico Financial Times

Vivemos dias turbulentos. A crise financeira de 2008 continua a gerar consequências, sobretudo nas economias avançadas. Com um crescimento ainda fraco, esses países vêm adotando políticas monetárias extremamente expansionistas, em vez de uma combinação mais equilibrada de estímulos fiscais e monetários. Os países emergentes seguem sustentando o crescimento, mas não podem, sozinhos, assumir o papel de locomotivas da economia global.

As economias que emitem moeda de reserva administram a liquidez internacional sem sentido coletivo. Lançam mão de taxas de câmbio desvalorizadas para assegurar fatias do mercado global. Essa onda unilateral de desvalorizações competitivas das moedas nacionais cria um ciclo vicioso que fomenta o protecionismo comercial e cambial, com efeitos nefastos para todos, mas sobretudo para os países em desenvolvimento.

O grande desafio para os próximos anos será o de enfrentar a questão das dívidas soberanas e dos desequilíbrios fiscais em alguns países sem interromper, ou mesmo reverter, a recuperação econômica global.

Só o crescimento econômico, fundado em forte distribuição de renda e proteção social, é capaz de gerar recursos para o pagamento da dívida pública e a correspondente redução do déficit. A trágica experiência latino-americana em décadas passadas demonstra que recessão traz como resultado a perda de produto e o aumento do desemprego e das desigualdades sociais.

Frente à crise, as principais economias do globo devem emitir sinais claros de coesão política e de coordenação macroeconômica. Não haverá a retomada da confiança e do crescimento enquanto não se intensificarem os esforços de coordenação entre os países do G20. Precisamos recuperar o espírito original de cooperação e solidariedade demonstrado em 2008, aspecto de particular significado para a Europa no presente momento.

É por essa razão que o Brasil apoia o Marco do G-20 para o Crescimento Forte, Sustentável e Equilibrado, que deve ser administrado por todos e para todos, sem exceção.

Outras iniciativas devem ser tomadas no plano internacional. É necessário aprofundar a regulamentação do sistema financeiro, a fim de minimizar a possibilidade de novas crises. Os níveis de alavancagem devem ser reduzidos. É preciso dar seguimento à reforma das instituições financeiras multilaterais, aumentando a participação dos países emergentes, que já são os principais responsáveis pelo crescimento da economia mundial.

É urgente combater o protecionismo e todas as formas de manipulação cambial, que conferem competitividade de maneira espúria e à custa dos parceiros comerciais. O G20 é capaz de oferecer uma resposta coordenada, em que todas as grandes economias podem avançar em conjunto em seus ajustes fiscais, monetários e cambiais, sem correr os riscos de atuarem sozinhas. Um sistema global de comércio aberto exige esse sentimento de confiança mútua.

Enquanto isso, ameaçados tanto por grandes fluxos de capital especulativo quanto pela rápida e insustentável valorização cambial, países emergentes que adotam câmbio flutuante, como o Brasil, se vêm obrigados a adotar medidas prudenciais para proteger suas economias e suas moedas. Não sucumbiremos diante de pressões inflacionárias que vêm de fora. Com segurança e serenidade, vamos manter a inflação sob controle, sem que tenhamos de renunciar a nosso crescimento, essencial para a promoção da inclusão social. Nosso compromisso com o desenvolvimento sustentado e a estabilidade macroeconômica não é negociável, e a sintonia fina da política econômica trabalhará sempre com essa meta.

No plano das políticas de longo prazo, o Brasil recuperou a noção de planejamento nos mais variados domínios, especialmente em energia, transporte, habitação e saneamento. Redefinimos o papel do Estado com foco no desenvolvimento de nossa infraestrutura social.

As descobertas do Pré-Sal terão impacto direto na abertura de um novo ciclo de industrialização do país, especialmente nos setores naval, de máquinas e equipamentos ou petroquímico, além de contribuir para a formação de um Fundo que ampliará o financiamento das políticas sociais, educacionais, científico-tecnológicas e culturais.

O Brasil fortaleceu suas empresas estatais - como a Petrobras, a Eletrobras ou os bancos públicos - para induzir o desenvolvimento. E, por meio de

mecanismos ativos de defesa comercial, amparados nas normas da OMC, não permitiremos que a indústria brasileira seja comprometida pela competição desleal.